



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. _____

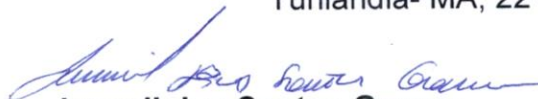
Rubrica

DESPACHO

Ao Controle Interno da Câmara Municipal de Turilândia-MA

Encaminha-se a Vossa Senhoria os autos do processo de Dispensa de Licitação n.º 001/2021, para emissão de Parecer Técnico de Controle Interno.

Turilândia- MA, 22 de Janeiro de 2021.


Juvenil dos Santos Gomes
Presidente da CPL



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA

PARECER CONTROLE INTERNO

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

Fls. _____

Rubrica

Processo: Processo Administrativo n. ° 005/2021

Dispensa de Licitação n. ° 001/2021

Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de material de consumo para atender nas necessidades da Câmara Municipal de Turilândia - MA.

Relatório

O presente processo de licitação, iniciado por provocação da Secretária Executiva desta Câmara, fora instruído e teve por opinião do Senhor Presidente pelo prosseguimento sob a forma de procedimento de Dispensa de Licitação.

Foram encaminhados referidos autos para análise junto ao Controle Interno desta Câmara quanto a sua legalidade e pertinência quanto aos ditames legais.

Em tempo, cabe mencionar que o Parecer Jurídico, acostado aos autos, justificou de forma clara e legal pela possibilidade jurídica, opinando assim de forma favorável pelo regular prosseguimento do processo de dispensa de licitação, desde que atendidas as recomendações descrita no presente documento.

Preliminar

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, in verbis:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno com a finalidade de:**

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

Fls. _____

Rubrica

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária”

Exame

Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta casa, no dia 22/01/2021, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício informando a necessidade da contratação;
- II. Despacho de Autorização para abertura do processo administrativo;
- III. Termo de abertura de processo
- IV. Termo de autuação de processo
- V. Ofício da CPL solicitando cotações de preços ao Setor
- VI. Solicitação de cotações de preços as empresas
- VII. Pesquisa Preliminar de Preços
- VIII. Mapa de apuração
- IX. Despachos de encaminhamento para indicação de dotação orçamentária
- X. Despacho de Dotação Orçamentária
- XI. Declaração de Adequação com as Leis Orçamentárias
- XII. Autorização do Ordenador de Despesa
- XIII. Carta-Consulta
- XIV. Documentos de Habilitação do Licitante
- XV. Despacho dos autos para Procuradoria do Município
- XVI. Parecer Jurídico

Dos autos se observa o atendimento aos preceitos legais e princípios administrativos norteadores da gestão pública, como também cumpre observar que o procedimento poderá seguir sua regularidade em conformidade normal.

Conclusão

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo de Dispensa de licitação visando a Contratação de Empresa para fornecimento de Material de consumo para atender as necessidades da Câmara Municipal de Turilândia - MA.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

Fls. _____


Rubrica

Presente os requisitos indispensáveis à realização de Processo por Dispensa de Licitação, no qual se pretende contratar com as empresas: ELIANA SILVA NOGUEIRA-ME e E. DA. L. SILVA EIRELI-EPP.

Encaminha-se os autos para ratificação da autoridade superior.

Sem mais, é o parecer da Unidade de Controle Interno.

Turilândia – MA, 25 de Janeiro de 2021.



Cleyton Almeida Brito
Setor de Controle Interno